

FORMAÇÃO TERRITORIAL E RURAL DA AMAZÔNIA: Período e Meio Geográfico Natural na Amazônia Paraense.¹

Alan de Azevedo Silva²

Resumo.

Observando-se a Amazônia paraense como componente integrante da totalidade do território brasileiro e com o papel cada vez mais acentuado nas dinâmicas do espaço agrário nacional, fundamentado na execução dos grandes projetos no Estado. Busca-se formular uma interpretação teórica da sua formação territorial e rural a partir de categorias, conceitos, teorias e métodos geográficos, tendo o espaço como personagem principal da narrativa geográfica. Partindo da proposição do território usado e da análise do período e meio geográfico natural, sua sucessão e coexistência, delimitadas do ano de 1616 até o de 1966. Observa-se a produção e reprodução das comunidades locais vinculadas ao extrativismo de coleta e à agricultura, exercidas ainda através da relação íntima entre sociedade e Natureza, ao mesmo tempo em que se verifica a modificação nas relações a partir do progressivo aprimoramento técnico, no princípio do processo de produção de uma realidade espacial.

Palavras-chave: Amazônia, Rural, Território.

Resumo Expandido.

A Amazônia, fração do espaço brasileiro dotada de incomensurável floresta e dinâmicas próprias ao seu espaço, já tinha sido assinalada por SANTOS; SILVEIRA (2014, p. 272) como uma das últimas regiões a estender suas mecanizações territorialmente e produtivamente, tal fato ocorrendo somente nas décadas de 60 e 70 do século passado quando essa é atingida fortemente pelo processo de mecanização do seu meio realizado através dos grandes projetos agrários, hidrelétricos e de mineração. De tal narrativa a Amazônia Paraense não diverge.

Assim, torna-se necessário analisar a formação territorial e rural Amazônica partindo do exercício que SANTOS; SILVEIRA (2014) realizaram em relação ao território brasileiro tendo como parâmetro o território usado – composto por seu uso e apropriação realizado por

¹ Trabalho Fruto do Projeto “Formação Territorial e Rural da Amazônia” desenvolvido pelo Grupo Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia (GDEA) coordenado pelo Prof. Dr. João Santos Nahum e possibilitado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFPA.

² Discente do curso de Geografia modalidade bacharelado da Universidade Federal do Pará – E-mail: azevedo.alan.silva18@gmail.com

seus agentes – e a reconstrução da sucessão de períodos e meios geográficos peculiares a Amazônia.

Neste sentido, o esforço do trabalho reside na tarefa de analisar e reconstruir o período e meio geográfico natural na fração do espaço amazônico, correspondente ao paraense, em uma das primeiras mediações entre homens e técnicas propriamente ditas nesse espaço geográfico que em três séculos e meio passou por diversos processos e eventos que encorpam e dão características próprias a esse meio rural com particularidades nos lugares e modos de vida, onde o trabalho ainda volta-se em maior parte para técnicas locais de produção, prevalecendo às relações ainda íntimas entre homens, rios e floresta, dotando o território de uma particular condição espacial – as bases de uma condição camponesa – no movimento contínuo da totalidade social.

Como principal linha teórico-metodológica tem-se a reconstrução da formação territorial e rural da Amazônia sobre um olhar geográfico, onde através do levantamento de literaturas busca-se analisa-la a partir das perspectivas do território usado e da sucessão e coexistência de períodos e meios geográficos diversos no tempo e no espaço. Para isso, tornou-se necessária realizar a recapitulação de categorias e conceitos geográficos que enriqueçam a construção teórica, situando-se na análise. Teríamos então o território usado, sinônimo de espaço geográfico, com suas formas e uso e apropriação se diferenciando de acordo com cada momento histórico, cujo desenvolvimento nos mostra as formas de produzir, as relações entre homens e natureza conjuntamente com suas formas de dialogar entre si (SANTOS, 2014b, p. 177). Períodos encarados como um conjunto de características próprias em cada pedaço de tempo, que irão dar base para a construção dos meios geográficos com sua realidade unitária se situando na técnica e sua implantação diversa nos lugares onde a sociedade se utiliza da terra de forma diferenciada em cada período histórico, tendo-se: o meio natural, caracterizado pelas relações ainda íntimas entre homens e natureza; o meio técnico, caracterizado pela progressiva inserção das maquinarias avançadas e dos meios de circulação ao território; e o meio técnico-científico-informacional, onde os circuitos de produção, circulação e comercialização se encontram cada vez mais interligados respondendo a interesses cada vez mais exógenos, aliados a hegemonia e propagação acentuada da informação (SANTOS; SILVEIRA, 2014a, p. 27-28; SANTOS, 2014b, p. 41-42).

Na pesquisa produziram-se três grandes períodos cada um caracterizado pela predominância de um dos meios geográficos anteriormente citados. Primeiro tínhamos o meio natural (1616-1966) – objeto de estudo – caracterizado por uma formação predominantemente extrativista com o desenvolvimento de uma agricultura sistêmica, dominado pelo capital comercial e a terra e seu uso sendo o principal meio de produção e reprodução das comunidades aqui inseridas. Em segundo o meio técnico (1966-1996), ligado a uma formação agropecuária baseada nos recursos do Estado e a terra sendo considerada um recurso natural a ser explorado. E por último o meio técnico-científico-informacional (1996 até a atualidade), caracterizado pela formação agrária – baseada no agrocombustível e nas monoculturas – sustentada pelo capital financeiro com a terra sendo considerada um recurso a ser mantido e explorado através do monopólio (GDEA, 2017).

Com esses apontamentos volta-se o enfoque para a compreensão do período e meio geográfico natural na Amazônia paraense, indo do início do século XVII até meados do século XX. Tomou-se como base os processos de complexificação que essa região sofreu durante este período, tendo como características as relações atravessadas em sua maior parte na mutualidade entre homens e natureza, vinculadas ao uso comum da terra visando sobretudo à subsistência, ligadas intimamente aos corredores amazônicos representados pelas vias fluviais que faziam a vida fluir, ainda que a realidade da região pairasse sobre o contexto do suposto “vazio demográfico”, que será encarado como justificativa para as transformações no início e no fim desse período, no processo de colonização portuguesa em 1616 e no desencadear da “Operação Amazônia”, respectivamente.

Para melhor analisar e compreender esse longo período e seus processos formadores foi adotada uma nova subdivisão baseada em quatro momentos: A “redescoberta” da Amazônia (1616-1823), da Amazônia instável ao auge do ciclo da borracha (1823-1910), a Amazônia paraense: do auge a estagnação (1910-1950) e “Novos” horizontes para a Amazônia paraense (1950-1966).

O primeiro momento é caracterizado inicialmente pela ideia de povoamento e defesa do território, aplicadas através da construção do Forte do Presépio em 1616, além da busca pela afirmação da então colônia brasileira na economia global como um “subsistema do império português” (COSTA, 2012, p. 200), e na intensa busca pelas “drogas do sertão” (cacau, castanha-do-pará, etc.) Posteriormente tem-se o aumento da atuação do Estado

português quando por meio da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 (ACEVEDO MARIN, 2010, p. 28) busca-se efetivar um controle maior sobre as comunidades locais e a produção, com o fortalecimento da agricultura baseada no sistema de vilas procurando fortalecer a economia agrícola.

O segundo momento associa-se ao progressivo abandono da agricultura sistêmica, anteriormente desenvolvida, e de outras atividades extrativistas executadas em menor grau, em detrimento da produção extrativa do látex (borracha-natural), mas não as abandonando, o que garante a volta das comunidades em formação para essas atividades com o colapso da economia da borracha (CRUZ, 2007, p. 24).

No terceiro momento, tem-se a decadência do extrativismo da borracha em decorrência do cultivo realizado no sudeste asiático, com isso as comunidades locais são levadas a voltar sua produção a outras atividades como a extração da castanha-do-pará. Caracteriza-se aqui a estagnação econômica regional, situação que não conseguiu ser revitalizada, mesmo com o incentivo ao revigoramento produtivo do látex durante a segunda guerra mundial, não impulsionando de forma duradoura a economia regional.

Tudo isso culmina no último momento aqui destacado, quando sobre a justificativa de uma região “excluída” do contexto nacional, considerada um “vazio demográfico”, procura-se, executando o plano de valorização econômica da Amazônia, reinventa-la através da pré-implantação de considerável infraestrutura técnica – como por exemplo a construção da rodovia Belém-Brasília – criando e reestruturando agências de planejamento como a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) que se torna SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), além do remodelamento e incentivos para a atuação de órgãos financiadores na região. Objetivando impulsionar os projetos agrários, mineralógicos e hidrelétricos através da implantação do capital financeiro baseado em investimentos, reafirmando a formação da grande propriedade rural e remodelando o papel das comunidades formadas, tudo isso impulsionado e acelerado pela deflagração da “Operação Amazônia” em 1966.

Definem-se nesse período as bases da formação territorial e rural da Amazônia e os alicerces das comunidades camponesas aqui formadas – sempre adotando precauções com a denominação para não se cometer equívocos e generalizações, respeitando a particularidade de cada comunidade, seja ela ribeirinha, camponesa, quilombola, etc., evitando a atribuição de

rótulos. Onde a sociedade possui durante esse período e meio geográfico natural uma relação extremamente próxima à natureza, transformando-a, para assim sobreviver e viver a partir dela. Na medida em que suas relações se tornam mais complexas, a partir de técnicas também mais complexas com sua progressiva inserção ao território, a produção exige a dissociação cada vez maior dos tempos naturais, objetivando aumentar a produtividade com a ampliação impositiva da lógica hegemônica sobre os homens que ocupam esse espaço, configurando-se a sucessão do meio natural ao meio técnico. Tudo isso caracterizando apenas o caráter basilar da formação territorial e rural amazônica.

Referências Bibliográficas.

ACEVEDO MARIN, R. E. Formação Histórica do Pará e Territorialidades Específicas no Vale do Rio Tocantins, Ilha do Marajó e Calha Norte do Rio Amazonas. In: MENEZES, C. R. C. et. al. (Org.). **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará**. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. p. 23-36.

Disponível em:

<www.amazonia.cnptia.embrapa.br/publicacoes_estados/Para/Calha%20Norte/ZEE%20V1-Calha%20Norte%20-%20Socioeconomia.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

COSTA, F. A. A Economia do Grão-Pará: Uma Avaliação Crítica (1720-1822). In: **Revista Economia e Sociedade (online)**. v. 21, n. 1, p.197-219, 2012. Disponível em:

<www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000100008&script=sci_abstract&tlng=>>. Acesso em: 31 de dezembro de 2016.

CRUZ, M. J. M. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007. Disponível em:

<www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-112229/pt-br.php>. Acesso em: 02 de março de 2016.

GDEA. **Projeto Formação Territorial e Rural da Amazônia**. NAHUM, J. S. (Org.). Belém: Faculdade de Geografia e Cartografia, 2017.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014a.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.